

BASE ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO CANAVIEIRO DE MIRANDÓPOLIS-SP

Bruno Astolphi Montagnhani¹
Pery Francisco Assis Shikida²

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de analisar a importância da agroindústria canavieira como base econômica, na geração de empregos e no desenvolvimento local do município de Mirandópolis-SP. Para isso utilizou-se o modelo da Teoria da Base Econômica como forma de estimar o emprego base e seu efeito multiplicador sobre o emprego não-base. No município, em 2009, foram gerados 3.447 empregos formais, sendo 1.458 no setor base (de exportação) e 1.989 no setor não-base (de mercado local). O multiplicador de emprego calculado foi de aproximadamente 2,36. A evolução dos indicadores de desenvolvimento local se mostrou mais favorável após a instalação da agroindústria canavieira no município. Entretanto, é importante lembrar que os dados não devem ser creditados única e exclusivamente à atuação da agroindústria canavieira, devendo-se considerar também a participação do Estado neste processo através da adoção de políticas sociais e de desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: agroindústria canavieira, desenvolvimento local, empregos.

ECONOMIC BASE AND LOCAL DEVELOPMENT: A CASE STUDY IN MIRANDÓPOLIS (SP)

ABSTRACT: This paper aims to analyze the importance of the sugarcane agroindustry with economic base, in the generating of employment and in the local development in Mirandópolis City (SP). For this purpose, this article used the model of the **Economic Base Theory** to estimate the employment base and its multiplier effect on employment non-base. In the Mirandópolis City, in 2009, 3,447 formal jobs were generated, 1,458 industry base (export) and 1,989 in the non-basic (local market). The employment multiplier was approximately 2.36. However, it is important to mention that the data should not be credited, solely and exclusively, to the performance of the sugarcane industry, also considering the state's participation in this process through the adoption of social policies and local development.

KEYWORDS: sugarcane agroindustry, local development, jobs.

¹ Economista, Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. *E-mail:* brunoastolphi@hotmail.com.

² Economista, Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Pós-Doutor pela FGV/SP. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Professor do Programa de Mestrado em Economia Regional da Universidade Estadual de Londrina (UEL). *E-mail:* peryshikida@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a importância da agroindústria canavieira como base econômica, na geração de empregos e no desenvolvimento local do município de Mirandópolis-SP.

Não raro, as expressões crescimento econômico e desenvolvimento econômico são utilizadas como sinônimas na literatura econômica, utilizando como medida a renda *per capita*. No entanto, existem situações nas quais um aumento nessa variável não necessariamente se reflete no bem-estar geral da sociedade. Assim, o desenvolvimento deve ser encarado como as mudanças de caráter qualitativo do processo de crescimento econômico. Esse último é condição necessária, mas não suficiente para que o primeiro ocorra (SEN, 1999; SCHUMPETER, 1982; FURTADO, 1983).

O conceito de desenvolvimento local pode ser entendido como “um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população” (Buarque, 1999, p.9 – grifo do autor). Corresponde ao desenvolvimento em uma escala territorial reduzida, porém inserida e constantemente influenciada pelas vicissitudes do contexto global. A redução da área para análise do desenvolvimento acontece pela busca de maior eficácia na aplicação de políticas públicas e melhor mensuração dos seus resultados (BOISIER, 2000). O outro ponto que merece destaque é a importância dos recursos endógenos (sociedade e atributos locais específicos) no processo de desenvolvimento do local (AMARAL FILHO, 1996; BOISIER, 2000).

Uma das primeiras teorias que se propôs analisar o processo de desenvolvimento de uma dada localidade foi a Teoria da Base Econômica, de Douglass North (1955 e 1959), que tenta estabelecer uma relação entre especialização agropecuária (capaz de gerar excedente para exportação) e desenvolvimento econômico. Desse modo, a capacidade das regiões se inserirem no sistema capitalista mercantil constituiria a principal força desencadeadora do processo de desenvolvimento.

Várias foram as regiões descritas pela literatura que se desenvolveram em torno de uma base de exportação. No Brasil, de acordo com Furtado

(1959), o açúcar derivado da cana foi o primeiro grande produto de exportação do país. Embora com efeitos reduzidos sobre o restante da economia, devido à utilização de mão de obra escrava não assalariada e ao monopólio colonial na produção, a cana-de-açúcar foi o produto que sustentou a ocupação econômica do território durante o período colonial.

Atualmente, estima-se que o Produto Interno Bruto (PIB) da agroindústria canavieira brasileira gire em torno 2% do PIB total (NEVES *et al.*, 2009). A cultura da cana-de-açúcar ocupa aproximadamente 2,5% de toda terra agricultável do país. A atividade canavieira está presente em 25 dos 26 estados do Brasil. Aproximadamente 1.042 municípios, ou seja, 20% da totalidade dos municípios brasileiros possuem atividades relacionadas à cana-de-açúcar. Nesse contexto, muito tem se discutido sobre a importância do setor na geração de empregos e no processo de desenvolvimento local de pequenos municípios altamente especializados na produção de cana-de-açúcar e seus derivados. Este é o caso, por exemplo, do município de Mirandópolis-SP, que possui sua base econômica atrelada à produção da agroindústria canavieira. A escolha do município em questão, como objeto de estudo deste trabalho, deu-se pela predominância da cultura canavieira que ocupa grande parte da paisagem local do município.

Essa leitura soma-se a outras que pretendem construir um referencial crítico sobre os possíveis condicionantes do desenvolvimento local. Trata-se de reunir informações teóricas e empíricas capazes de auxiliar a tomada de decisões políticas que levem pequenas comunidades, inseridas em um contexto econômico globalizado, a estágios de desenvolvimento mais elevados.

Este trabalho é composto por seis capítulos incluindo essa introdução. O segundo capítulo apresenta uma breve caracterização do município de Mirandópolis-SP. O terceiro capítulo versa sobre a Teoria da Base Econômica, que norteia esse trabalho. No quarto capítulo é apresentada a metodologia utilizada. No quinto capítulo são mostrados os resultados da pesquisa e as discussões acerca do tema. Por fim, o sexto capítulo contempla a conclusão do trabalho.

2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MIRANDÓPOLIS-SP

Conforme a divisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado de São Paulo possui 15 mesorregiões. O município de Mirandópolis faz parte da mesorregião de Araçatuba, que é formada pela união de 36 municípios. Foi elevada à categoria de município com a denominação de Mirandópolis pelo Decreto-lei nº. 14334, de 30 de novembro de 1944, desmembrado dos municípios de Valparaíso, Andradina, Pereira Barreto e Araçatuba. Possui uma área de 918,801 km² (representa aproximadamente 0,37 % da área total do estado), e está distante 538 km da capital São Paulo. A cidade está dividida em 3 distritos: Mirandópolis (sede), Amandaba e Três Alianças, possui 9.302 domicílios e a população atual estimada é de 27.483 habitantes (IBGE, 2010a).

O Oeste Paulista, região de Araçatuba e adjacências, permaneceu à margem do sistema de produção capitalista até o início do século XX, quando a necessidade de expansão da produção de café deu origem ao projeto de construção da ferrovia que possibilitou a ocupação efetiva do território. A Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando Bauru ao extremo Oeste Paulista e posteriormente a Corumbá (atual Mato Grosso do Sul), foi financiada por capitais públicos e privados nacionais e internacionais, e o início de sua construção data-se em 1904 (FURTADO, 1959; SAES, 1981).

O primeiro núcleo populacional do que viria ser Mirandópolis surgiu por volta da década de 1920, antes mesmo da chegada da ferrovia, e ficou conhecido por São João da Saudade. A comunidade era, em sua maioria, constituída por imigrantes italianos, espanhóis, japoneses e portugueses, que foram atraídos pelas terras férteis e baratas, e a possibilidade de enriquecimento fácil com os cafezais. Anos depois, com a construção da ferrovia, um grande contingente de migrantes nordestinos passaram a integrar a população da região (FALLEIROS, 1999).

Mesmo com as sucessivas crises pelas quais passava o café, grandes extensões de matas da região foram sendo derrubadas para ceder espaço à cultura, uma vez que esta continuava a ser o melhor investimento do país. Dessa forma, no período que vai de 1920 a 1935, “não se cuidou na região,

de outra coisa a não ser café” (MILLET, 1982, p.62 citado por MANFREDI NETO, 1999).

Em meados da década de 1930, o ciclo do café na região chegou ao limite. O processo de recuperação econômica da crise cafeeira foi fortemente influenciado pela produção algodoeira que ocupou grandes extensões de áreas agricultáveis, quase que hegemonicamente, até a década de 1950, influenciada pelo aumento da demanda da indústria nacional e elevação dos preços no mercado internacional. A Noroeste do Brasil continuou exercendo grande importância no escoamento da produção de algodão e seus derivados para outras regiões do estado (VASCONCELOS, 1992; BINI, 2008).

Com a crise da cotonicultura provocada pela queda do preço internacional do algodão em meados do século XX, o território geográfico regional abre espaço a um novo ciclo produtivo: a pecuária bovina de corte. A queda dos preços das terras da região atraíram grandes pecuaristas mineiros que inicialmente utilizavam o espaço apenas como invernadas, ou seja, áreas de “recuperação” dos rebanhos que vinham de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, e depois seguiriam para abate na região metropolitana de São Paulo. Com o tempo, a crescente demanda internacional por carne bovina atraiu investimentos nacionais e estrangeiros em frigoríficos e abatedouros no oeste paulista, o que transformou a região em um verdadeiro “núcleo de criação”. Nos anos de 1960 o rebanho da região passou a influenciar diretamente os preços da carne no mercado nacional a ponto de Araçatuba ser conhecida como “capital do boi gordo” e Andradina como a “terra do rei do gado” (BINI, 2008; MONBEIG, 1998).

Contudo, apesar dos significativos avanços técnicos e científicos da bovinocultura regional nas décadas de 1960 e 1970, os pecuaristas começaram a indagar sobre a possibilidade de obter melhor rentabilidade com o uso das terras investindo em outras culturas. Ademais, a expansão da fronteira agrícola rumo ao Norte e Centro-Oeste do país tornou a pecuária mais vantajosa nessas novas áreas de terras fartas e baratas. Diferentemente do café e do algodão, o legado deixado pelo sistema pecuário não foi, em demasia, significativo. O sistema do tipo extensivo com baixa utilização de mão-de-obra e o conservadorismo dos pecuaristas impediram que a cultura

desencadeasse o desenvolvimento de outras atividades produtivas (BINI, 2008).

Nesse contexto, eis que em 1973 o mundo é abalado por uma nova crise, agora do Petróleo, o que mudou de vez a paisagem do Oeste Paulista. No final de 1975, o governo lança mão do Proálcool com o objetivo de aumentar a produção e o consumo nacional de álcool combustível em substituição à gasolina. Em apoio à causa, o Governo do Estado de São Paulo lançou, em 1980, o Programa “Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo (PRÓ-OESTE)” e o “Programa de Expansão da Canavicultura para a produção de combustível do Estado de São Paulo (PROCANA)” que contribuiu decisivamente para a expansão da cana-de-açúcar na região (FERREIRA JÚNIOR; HESPANHOL, 2006).

A região Oeste reunia uma série de fatores que a tornava propícia ao cultivo da cana, dentre eles destacam-se a localização, a proximidade com os centros consumidores, a queda da rentabilidade da pecuária e, principalmente a espírito empreendedor dos produtores rurais da região (MANNARELLI FILHO; NEY, 2002).

Esses fatores, associados aos incentivos governamentais a partir de linhas de créditos especiais, mobilizaram uma grande quantidade de capitais no setor sucroalcooleiro da região. Os investidores ainda tiveram o apoio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Integrado de Araçatuba (CMDI) que elaborou um estudo preliminar para analisar a viabilidade da instalação de unidades produtoras de álcool combustível na região. Este mostrou que a região de Araçatuba apresentava condições propícias para a implantação de destilarias. Tudo isso fazia parte dos esforços dos governos para convencer mais pecuaristas a aderirem ao Proálcool (ESPÍRITO SANTO, 2005; REGO, 1990; BINI, 2008).

As primeiras destilarias da região nasceram ainda na primeira fase do Proálcool (1975-1979). Os projetos foram enviados pelos próprios fazendeiros locais e foram 100% financiados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), dando origem às destilarias Aralco (Araçatuba), Alcomira (Mirandópolis), Univalem (Valparaíso) e Campestre (Penápolis). Em 1981, rendidos à boa perspectiva de lucros que o setor apresentava,

novos projetos saíram do papel dando origem às usinas Benalcool (Bento de Abreu), Unialcool (Guararapes), Generalcool (General Salgado), Destivale, Alcoazul e Cruzalcool (Araçatuba) (ESPÍRITO SANTO, 2005; BINI, 2008).

A unidade de Mirandópolis foi fundada em 1979. Atualmente, a cana-de-açúcar ocupa grande parte das terras agricultáveis e é a cultura predominante na paisagem municipal. De acordo com dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2010b), em 2009 foram colhidos em Mirandópolis 6.000 hectares com cana-de-açúcar, o que representou 77% das lavouras temporárias e 71,8% de todas as lavouras do município.

3 A TEORIA DA BASE ECONÔMICA

A concepção fundamental que sustenta a Teoria da Base Econômica é a de que os principais determinantes do desenvolvimento de um território são os setores responsáveis por abastecer a demanda externa na forma de exportação. A produção bem sucedida de bens agrícolas a serem vendidos fora da região tem sido a forma encontrada por áreas com características pré-capitalistas para se inserirem no processo de desenvolvimento mercantil (NORTH, 1959).

A dicotomia básica que rege toda e qualquer economia divide-se em atividades base e atividades não-base. A primeira diz respeito às atividades de exportação, e a segunda às atividades de mercado local. O aumento da produção das atividades base teria o poder de exercer um efeito multiplicador sobre a economia local influenciando o surgimento das atividades não-base. Dessa forma, as exportações constituem a principal força desencadeadora do processo de desenvolvimento à medida que as atividades base, que vendem seus produtos para os não residentes, incentivam o desenvolvimento das atividades não-base, de mercado local, e complementares às atividades base (SCHICKLER, 1972).

O que determinará quais os produtos de exportação da área serão as especificidades do local e a sua dotação natural de recursos. Se a união destes provocar uma vantagem comparativa relevante na produção de um

bem em relação a outro, então os recursos produtivos (terra, capital e mão de obra) serão canalizados à produção deste primeiro bem (NORTH, 1959).

Segundo o mesmo autor, é certo que a exploração da base de exportação aumenta a renda absoluta e *per capita* da região contribuindo diretamente para o bem-estar da população. No entanto, é o efeito indireto, provocado por esta, o mais importante, uma vez que o emprego nos setores de atividade local é diretamente dependente do emprego nas atividades de exportação. Neste ínterim, a expansão de um setor de exportação é condição necessária, porém não suficiente para o desenvolvimento.

Como argumenta Haddad (1999), os impactos da exploração da base econômica sobre o desenvolvimento da região podem acontecer através de quatro variáveis distintas: empregos, produção, renda, e impostos e taxas. Em conjunto estes efeitos, por sua vez, caracterizam o efeito-renda provocado pelo setor exportador, com repercussões diretas, indiretas e induzidas sobre outras atividades da economia local. A renda gerada pelo setor exportador e distribuída na forma de salário é utilizada para compra de bens e serviços que satisfaçam as necessidades da população, fazendo surgir na região atividades não diretamente ligadas ao setor exportador.

A outra contribuição correspondente do processo de exportação são os efeitos de encadeamento para frente e para trás, utilizando a terminologia de Hirschman (1961). O efeito de encadeamento para trás deriva do estímulo da atividade econômica principal de uma região aos setores que produzem bens e serviços indispensáveis àquela atividade. O efeito de encadeamento para frente deriva do estímulo dado aos setores que utilizam como matéria-prima a produção da atividade econômica principal da região.

Porém, a magnitude exata das externalidades impulsionadas pelas exportações depende de dois efeitos essenciais: a propensão marginal a consumir na área e a propensão marginal a importar. A primeira determina a parcela da renda gasta no local que será revertida para um novo ciclo de renda. A segunda corresponde à proporção da renda que se desvia do ciclo produtivo da área na forma de importações (LANE, 1977). Enquanto a região for diversificada o bastante para atender a demanda que é gerada pelo setor base, maior será a probabilidade de o gasto ocorrer na própria área.

Da mesma forma, a distância da região exportadora de outras com maior oferta de bens e serviços dificulta os vazamentos que ocorrem na forma de importação, e, portanto, maior o multiplicador de emprego e renda proporcionado pelas exportações (POLÈSE, 1998).

Na concepção de Haddad (1999), algumas condições são imprescindíveis para que a região se beneficie dos efeitos multiplicadores provocados pela exploração da sua base econômica: o tamanho da população, e a concentração e distribuição da renda pessoal e familiar. Quanto maior a população da região e mais igualitária a distribuição da renda, maior o mercado interno e a possibilidade de internalização da renda na compra de bens e serviços locais.

Igualmente importantes são os atributos locais como a capacidade empreendedora e a educação da população local. Quanto mais expressivos forem, maior a consciência quanto às possibilidades de diversificação da estrutura produtiva e melhores orientados estariam os recursos públicos e privados nessa direção. O resultado, segundo North (1959, p.337), “seria uma melhora relativa na sua posição comparativa em vários tipos de atividade econômica e, conseqüentemente, a ampliação da base econômica resultante”.

Há de se considerar que, para a atividade exportadora desenvolver eficientemente, é necessário que exista de uma boa infraestrutura de apoio, transporte e comunicação, sem a qual é prejudicado o escoamento da produção, a mobilidade de fatores de produção, e a existência de vantagens comparativas do produto exportado (HILHORST, 1973). Contraditoriamente, a melhora da infraestrutura pode facilitar a evasão de renda em mercados não locais, que por ventura venham ser mais competitivos.

Especial atenção precisa ser concedida às economias fortemente dependente de uma base de exportação pouco diversificada. As regiões que possuem um único produto de exportação, quase sempre, não garantem uma expansão sustentável. As flutuações conjunturais da economia nacional e internacional podem afetar sobremaneira as exportações da região. A redução do fluxo de renda provenientes das exportações repercute no mercado interno e a região poderá sofrer efeitos adversos (NORTH, 1955).

O crescimento e desenvolvimento bem sucedido ocorrem quando a

especialização no setor exportador leva, gradualmente, à diversificação das atividades produtivas da região, sendo elas em novos setores de exportação ou de mercado doméstico. Dessa forma, é necessária a diversificação da produção para que a área internalize os efeitos da base e torne-se industrializada e urbanizada. Ao longo dos anos, a região, para se tornar dinâmica, deve ser capaz de iniciar com a produção de produtos primários e avançar na diversificação da sua estrutura de transformação até a especialização em serviços e atividades urbanas. “No caso de um comércio inter-regional abaixo das expectativas, a demanda interna terá de ser suficiente para absorver a parcela exportada, mantendo assim a dinâmica da economia regional” (PIFFER, 2009, p.13).

4 METODOLOGIA

A aplicação da Teoria da Base Econômica em trabalhos empíricos de economia e desenvolvimento regional/local requer a separação das atividades locais em atividade base e atividades não-base. Essa análise é realizada através de mecanismos denominados de medidas de localização. Nesta pesquisa optou-se por utilizar o Quociente Locacional (*QL*) como forma de identificar as atividades com perfil exportador, ou não, do município em análise.

Como desde logo pode ser presumido, em um município/região haverá tantos *QLs* quantos forem o número de níveis de desagregação dos setores produtivos. Este estudo fez o uso do Subsetor de Atividade Econômica segundo o IBGE (SUBS-IBGE) que discrimina o número total de empregos dos municípios em 26 setores.

Utilizando a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para ano de 2009, uma vez que este constitui o último dado disponível da série, este estudo serviu-se da metodologia proposta por Hildebrand e Mace (1950) para calcular os *QLs* dos setores de atividade econômica do município de Mirandópolis, utilizando o Estado de São Paulo como referência:

$$QL_{ij} = \frac{\frac{E_{ij}}{E_i}}{\frac{E_j}{E_{..}}} \quad (1)$$

Onde: E_{ij} = emprego formal no setor i do município de Mirandópolis; E_i = emprego formal no setor i do Estado de São Paulo; E_j = emprego formal em todos os setores do município de Mirandópolis; $E_{..}$ = emprego formal em todos os setores do Estado de São Paulo.

Para os setores de atividade que apresentarem QL maior que uma unidade significa que o município apresenta uma concentração maior do emprego nesse setor em relação ao seu estado de referência, qualificando-o como atividade base do município. Por outro lado, se o QL for menor que uma unidade, significa que o setor não é relevante nessa atividade com relação ao estado de referência, qualificando-o como atividade não-base do município.

Uma vez identificadas as atividades base, cabe quantificar os empregos gerados por essa atividade que tem ligação direta com o setor exportador. Para quantificar o emprego base do município de Mirandópolis em cada setor de atividade econômica, utilizou-se a metodologia descrita por Piffer (2009), a partir da seguinte fórmula:

$$EB_{ij} = S_{ij} - \left[S_{tj} \left(\frac{N_{ij}}{N_{tj}} \right) \right], \quad (2)$$

Em que: EB_{ij} = emprego base na atividade i do município de Mirandópolis; S_{ij} = emprego na atividade i do município de Mirandópolis; S_{tj} = emprego total do município de Mirandópolis; N_{ij} = total de emprego na atividade i do Estado de São Paulo; N_{tj} = total de emprego do Estado de São Paulo.

Para estimar o multiplicador do emprego base sobre o emprego total no município utilizou-se a metodologia utilizada por Schickler (1972):

$$E = EB + EN \quad (3)$$

Em que: E = emprego total; EB = emprego base; EN = emprego não-base.

Considerando que o emprego não-base corresponde a uma proporção do emprego total (a) pode-se concluir que:

$$EN = aE \quad (0 < a < 1) \quad (4)$$

Substituindo na equação 3:

$$E = EB + aE$$

$$EB = E - aE$$

$$EB = E(1 - a)$$

$$E = \frac{1}{1 - a} EB$$

$$E = k \cdot EB \quad (5)$$

em que, $k = \frac{1}{1-a}$, representa o multiplicador de emprego do município em questão.

Utilizando-se de um nível de desagregação maior dos setores de atividade econômica, o da Classificação Nacional de Atividade Econômica – versão 2.0 (CLAS-CNAE 2.0), que divide a economia em 676 setores, foi possível identificar quantos empregados da agroindústria canvieira contribuem em cada setor da classificação do SUBS-IBGE.

De acordo com a CLAS-CNAE 2.0, os empregados da agroindústria canvieira fazem parte de 4 setores de atividade econômica, a saber: Cultivo de cana-de-açúcar, Fabricação de açúcar em bruto, Fabricação de açúcar refinado e Fabricação de álcool. O setor “Cultivo de cana-de-açúcar” da CLAS-CNAE 2.0 faz parte do setor “Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal, etc.” do SUBS-IBGE; e os setores “Fabricação de açúcar em bruto”, “Fabricação de açúcar refinado” e “Fabricação de álcool” da CLAS-CNAE 2.0 fazem parte do setor “Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico” do SUBS-IBGE.

Desse modo, dos 26 setores da SUBS-IBGE os quais foram calculados os QIs, os empregados da agroindústria canvieira fazem parte de 2 destes: Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal, etc.; e Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico. Uma vez que destes tenham sido identificados como atividade base do município, para analisar a contribuição da agroindústria canvieira no processo de geração de empregos base aplicou-se o seguinte cálculo.

$$EBA = (N_i.n_i) + (N_j.n_j) \quad (6)$$

Em que: EBA = número de empregados da agroindústria canavieira que ajudam a compor o emprego base do município; N_i = número de empregados no setor “Cultivo de cana-de-açúcar” (CLAS-CNAE 2.0); n_i = participação percentual dos empregados no setor “Cultivo de cana-de-açúcar” (CLAS-CNAE 2.0) com relação ao total de empregados do setor base “Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal, etc.” (SUBS-IBGE); N_j = número de empregados nos setores “Fabricação de açúcar em bruto”, “Fabricação de açúcar refinado” e “Fabricação de álcool” (CLAS-CNAE 2.0); n_j = participação percentual dos empregados nos setores “Fabricação de açúcar em bruto”, “Fabricação de açúcar refinado” e “Fabricação de álcool” (CLAS-CNAE 2.0) com relação ao total de empregados do setor “Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico” (SUBS-IBGE).

Identificado o número de empregados da agroindústria canavieira que compõem o emprego base de Mirandópolis e o multiplicador de emprego (k) do município, chega-se ao valor de empregos indiretos gerado pela agroindústria canavieira no município.

$$EI = k.EBA - EBA \quad (7)$$

O EI representa o número de empregos indiretos gerados pela agroindústria canavieira no município de Mirandópolis. Logo, o somatório de EI e EBA representa o total de empregos, diretos e indiretos, gerados por esse segmento produtivo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 1 mostra o resultado do cálculo do QL em todos os setores de Mirandópolis no ano de 2009. Para tanto, foi medida a concentração de empregos nas atividades do município utilizando o Estado de São Paulo como referência. Foram 5 o número de setores que apresentaram QL maior do que uma unidade: Indústria de alimentos, bebidas e álcool etílico (4,99); Comércio varejista (1,73); Ensino (1,48); Administração Pública (1,15) e Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal, etc. (4,49).

Isso significa que estes setores apresentaram excesso de emprego no município com relação ao que seria esperado se o município distribuisse seu emprego segundo a mesma proporção da área de referência. Em outras palavras, o município de Mirandópolis possui potencialidades que permitiram a especialização nestes seguimentos produtivos, que por sua vez geraram excedentes para exportação. Sendo assim, os setores que apresentaram *QL* maior do que uma unidade compõem a chamada base econômica do município.

Tabela 1: Quociente Locacional do município de Mirandópolis-SP em 2009

Setores de atividade econômica	Número de empregados		QL
	Mirandópolis	SP	
Extrativa mineral	0	16.695	0
Indústria de produtos minerais não metálicos	2	102.942	0,06
Indústria metalúrgica	10	285.570	0,12
Indústria mecânica	0	241.263	0
Indústria do material elétrico e de comunicações	0	127.334	0
Indústria do material de transporte	37	273.455	0,47
Indústria da madeira e do mobiliário	20	86.073	0,81
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	7	164.806	0,14
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	10	130.482	0,26
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria,...	0	352.490	0
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	0	289.910	0
Indústria de calçados	0	49.567	0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	711	498.658	4,99
Serviços industriais de utilidade pública	8	95.081	0,29
Construção civil	25	566.575	0,15
Comércio varejista	934	1.886.384	1,73
Comércio atacadista	7	436.006	0,05
Instituições de crédito, seguros e capitalização	58	295.439	0,68
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico.	103	1.543.910	0,23
Transportes e comunicações	141	709.632	0,69
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção,...	156	1.102.844	0,49
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	55	477.058	0,40
Ensino	158	373.849	1,48
Administração pública direta e autárquica	527	1.600.657	1,15
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal,...	478	372.451	4,49
Outros / ignorado	0	0	0
Total de empregos	3.447	12.079.131	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da RAIS

A primeira vista pode parecer estranho que os setores de Ensino e Administração Pública estejam situados no setor base da economia do município. No entanto, como ressalva Richardson (1973), as atividades base não compreendem apenas as atividades de exportação estritamente falando, mas também as atividades que não encontram vínculo com o nível de atividade econômica do município. Dessa forma, os serviços sociais e as atividades governamentais, que não são comerciáveis, muitas vezes aparecem como atividades base por serem sustentadas por apoio financeiro externo, sobretudo o do governo.

Os outros 21 setores da economia local que apresentaram *QL* menor do que uma unidade compõem as atividades não-base do município, ou seja, não produziram excedentes para exportação. Dessa forma, as atividades não-base tem a função de atender o consumo interno da população ou a demanda dos setores exportadores do município.

O número de pessoas empregadas no município de Mirandópolis-SP ano de 2009, segundo dados da RAIS, foi de 3.447. De acordo com os dados da pesquisa, demonstrados na Tabela 2, estimou-se que aproximadamente 1.457 pessoas compunham o setor base do município, enquanto 1.989 pessoas compunham o setor não-base. Dos empregados do setor base, aproximadamente 568 trabalhavam na Indústria de alimentos, bebidas e álcool etílico; 395 no Comércio varejista; 51 no setor de Ensino; 70 na Administração pública; e 371 no setor de Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal, etc.

Tabela 2: Empregos base e não-base de Mirandópolis-SP em 2009

Setores de atividade econômica	Emprego Base
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	568,70
Comércio varejista	395,69
Ensino	51,32
Administração pública direta e autárquica	70,22
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal,...	371,71
Total Emprego base	1.457,64
Total Emprego não-base	1.989,36

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da RAIS

O multiplicador de emprego estimado para o município de Mirandópolis foi de aproximadamente 2,36. Assim, para cada 1 emprego no setor base (de exportação) são gerados 2,36 empregos no setor não-base (de mercado local).

No ano de 2009, o município de Mirandópolis-SP empregou, formalmente, 25³ pessoas no Cultivo de cana-de-açúcar, contabilizados no setor base Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal, etc.; e 673 pessoas na Fabricação de açúcar em bruto, Fabricação de açúcar refinado e Fabricação de álcool, contabilizados no setor base Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico. Assim, foram 698 empregados na agroindústria canavieira de Mirandópolis-SP, divididos em dois ramos de atividade que compõem o setor base do município.

Como 79,98% dos empregados do setor da Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico; e 77,76% dos empregados do setor de Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal, etc. pertencem ao setor base do município, estima-se que 558 seja o número de empregados da agroindústria canavieira que ajudaram a compor esse setor⁴.

Com isso, a participação do emprego base da agroindústria canavieira no total do emprego base do município de Mirandópolis é de 38,29%. Considerando-se o efeito multiplicador estimado em aproximadamente 2,36, o setor é responsável indiretamente pela geração de 759 empregos no município por meio da renda oriunda do exterior gasta localmente por seus empregados. Desse modo, a agroindústria canavieira é responsável por gerar, direta e indiretamente, 1.317 postos de trabalho no município de Mirandópolis-SP. Considerando-se que o número de habitantes fosse proporcional ao número de empregos gerados, na ausência dos empregados do setor canavieiro a população estimada do município de Mirandópolis seria 38,29% menor, ou seja, contabilizaria hoje aproximadamente 16.959 habitantes: 10.523 habitantes a menos que os atuais 27.483.

³ A RAIS não capta todos os trabalhadores do corte de cana-de-açúcar por serem considerados temporários. Estes são contratados apenas durante o período de safra da cana-de-açúcar, geralmente entre abril e dezembro.

⁴ $(673 \times 0,7998) + (25 \times 0,7776)$

No período de 1950 a 1980, o município de Mirandópolis-SP perdeu, aproximadamente, 20% de sua população. A principal razão estava na decadência das culturas de café e algodão, que foram substituídas pela pecuária extensiva de corte, atividade pouco demandante de mão de obra. A partir de 1980 é interrompido o processo de crescimento negativo da população. Esse período coincide com o período da introdução da cultura da cana-de-açúcar e a instalação da agroindústria canavieira, o que mostra a contribuição da atividade para a retomada do crescimento populacional do município. Nos anos que vão de 1980 a 2010, a taxa geométrica de crescimento anual da população residente em Mirandópolis foi de 0,61% (TABELA 3).

Tabela 3: População residente no município de Mirandópolis-SP – 1950-2010

Anos						
1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
26.866	25.830	23.549	21.522	24.433	25.936	27.483

Fonte: IBGE (1950/2010a).

Neste contexto, pode-se supor que, caso não existisse a agroindústria canavieira ou outras atividades que a substituísse, o município poderia ter dado continuidade ao processo de perda populacional, e hoje estaria em uma situação inferior. Mirandópolis poderia estar hoje, em situação semelhante à de outros municípios da mesorregião de Araçatuba, que enfrentaram perda significativa de população no período de 1980 a 2010. Dos 31 municípios da mesorregião que haviam sido fundados antes de 1980, 5 apresentaram crescimento negativo da população entre os anos 1980 a 2010, conforme dados dos Censos Demográficos.

Entre 1970-1980 (período anterior ao início das atividades da agroindústria canavieira), Mirandópolis apresentava perda de população rural (33%) menos expressiva que a perda média dos municípios que compõem a mesorregião de Araçatuba (43,8%), e, conseqüentemente, um crescimento da população urbana (13,5%) inferior à média do crescimento da mesorregião (31,8%). O resultado foi a perda de população total de

Mirandópolis (-8,6%), enquanto a média da mesorregião obteve ganho (2,0%), conforme informações apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4: População residente, urbano, rural e total do município de Mirandópolis-SP e da Mesorregião de Araçatuba – 1970-2010

Local	Pop.	Anos/Varição						
		1970	1980	1991	2000	2010	Var. % 1970/80	Var. % 1980/10
Mirandópolis	Urbana	12.342	14.014	19.476	22.287	24.455	13,5%	74,5%
	Rural	11.207	7.508	4.957	3.649	3.028	-33,0%	-59,7%
	Total	23.549	21.522	24.433	25.936	27.483	-8,6%	27,7%
Mesorregião Araçatuba	Urbana	292.032	384.836	505.417	580.749	642.948	31,8%	67,1%
	Rural	189.700	106.556	72.193	54.790	52.853	-43,8%	-50,4%
	Total	481.732	491.392	577.610	635.539	695.801	2,0%	41,6%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (1970/2010a)

Considerando o período posterior ao início das atividades da agroindústria canavieira (1980-2010), verifica-se que o crescimento da população urbana do município (74,5%) foi suficiente para compensar a perda de população rural no mesmo período (-59,7%) e fazer com que o município auferisse um acréscimo de 27,7% de população total. A mesorregião de Araçatuba, no entanto, apresentou crescimento de população urbana inferior ao de Mirandópolis (67,1%), menor decréscimo de população rural (-50,4%) e maior ganho de população total (41,6%), no mesmo período.

Um dos fundamentos básicos de qualquer desenvolvimento é o crescimento econômico, ou seja, a produção de riquezas da sociedade como um todo. De acordo com os dados do IBGE (vários anos), é possível observar a evolução do PIB municipal de Mirandópolis em anos selecionados de 1970 a 2008, com destaque para dois momentos principais. O primeiro entre 1970 e 1975, acompanhado por um período de estagnação (1975-80); e o segundo entre 1980 e 1985 que compreende os anos logo após a chegada da agroindústria canavieira no município. O PIB do município atingiu seu ponto máximo em 1985 com R\$ 127.447, e manteve-se praticamente estável até o último ano da série, em 2008.

Alguns teóricos acrescentam que o grau de desenvolvimento de um país ou região está relacionado à concentração da base econômica em cada setor produtivo. Inicialmente os produtos primários assumem maior importância na economia local e, à medida que a região se desenvolve, os setores secundário e terciário passam a ter maior participação no valor adicionado ao PIB local. No caso de Mirandópolis, em 1970 o PIB dividia-se entre os setores econômicos na seguinte proporção: agropecuária (47,5%), indústria (17,5%) e serviços (35%). Em 2008, o cenário mostrou-se bastante distinto com redução da participação da agropecuária (10,9%) e indústria (10,2%), e aumento da participação do setor de serviços (78,8%).

De fato, o aumento da renda necessita ser superior a taxa de crescimento da população para que haja desenvolvimento. O PIB *per capita*⁵ de Mirandópolis, medido pelo IBGE com base em projeções da população, mostra que o índice passou de R\$ 2.892 em 1970, para R\$ 4.270 em 1980 (ano posterior a instalação da agroindústria canavieira), mantendo-se variando entre R\$ 4.100 e 4.800 no período de 1999 e 2008.

No entanto, para o conceito de desenvolvimento adotado neste trabalho, é necessária que haja, além do aumento da renda *per capita*, uma distribuição igualitária da mesma para que possa influenciar positivamente o bem-estar geral da população. O Índice de Gini é o indicador que mostra a concentração de renda nos países e municípios. O coeficiente varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 0 menor é a desigualdade na distribuição da renda. Para os anos cujos dados estão disponíveis, 1991 e 2000, nota-se que a desigualdade na distribuição de renda de Mirandópolis diminuiu: o Índice passou de 0,55 para 0,52. Outro dado importante foi a redução da proporção de pessoas consideradas pobres no município durante o mesmo período. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 34,96%, passando de 27,0% em 1991 para 17,6% em 2000 (PNUD, 2003).

Para analisar o real sentido do termo “desenvolvimento local”, seria necessário considerar os diversos aspectos econômicos e sociais, expressos

⁵ Preços básicos em R\$ de 2000

pelo nível de vida da população (renda, emprego, saúde, educação, alimentação, lazer, moradia, etc.). A dificuldade de obter estes dados a nível municipal, por vezes, prejudica a emergência de estudos mais aprofundados que buscam compreender o nível de desenvolvimento de uma sociedade. Entretanto, de certa forma estes indicadores estão resumidos no IDH-M, que leva em consideração três grandes variáveis: longevidade, educação e renda.

No ano de 1970, período anterior a instalação da agroindústria canvieira no município, o IDH de Mirandópolis era 0,484, enquanto o IDH do Estado de São Paulo era 0,643, ou seja, o IDH do município era 24,7% menor do que o IDH do estado. Em 1980, ano após a instalação da agroindústria canvieira no município, o IDH de Mirandópolis aumentou para 0,722 (49,17%), e o IDH do estado para 0,728 (13,21%). Isso fez com que caísse a diferença entre o IDH do município e o IDH do estado para 0,83% (TABELA 5).

Tabela 5: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Mirandópolis e do Estado de São Paulo – 1970-2000

Município/Estado	Anos			
	1970	1980	1991	2000
Mirandópolis	0,484	0,722	0,744	0,797
São Paulo	0,643	0,728	0,778	0,820

Fonte: PNUD, 2003.

No período de 1980 a 2000, o IDH de Mirandópolis passou de 0,722 para 0,797, ou seja, crescimento de 10,38%. No mesmo período, a média do IDH dos municípios do Estado de São Paulo passou de 0,728 para 0,82, ou seja, crescimento de 12,63%. Dessa maneira, denota-se que após a instalação da agroindústria canvieira no município o indicador de desenvolvimento humano obteve evolução, porém, inferior ao observado no estado como um todo.

Por outro lado, se forem analisados apenas os últimos dados, 1991 e 2000 – quando o IDH de Mirandópolis passou de 0,744 para 0,797, e o do estado passou de 0,778 para 0,82 – nota-se que, enquanto o IDH do estado

cresceu 5,40%, o IDH de Mirandópolis apresentou crescimento de 7,12%. Assim, o IDH do município ainda se encontra abaixo da média do IDH-M dos municípios do Estado de São Paulo, mas, nos últimos anos, apresentou uma tendência de crescimento superior a este. Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (à distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1) foi reduzido em 20,7%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 17,9 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919). Segundo a classificação do PNUD, Mirandópolis está entre os municípios considerados de médio desenvolvimento humano (PNUD, 2003).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de comparar e analisar a importância da agroindústria canavieira, como base econômica, na geração de empregos e no desenvolvimento local do município de Mirandópolis-SP. Para isso utilizou-se o modelo da Teoria da Base Econômica como forma de estimar o emprego base e seu efeito multiplicador sobre o emprego não-base. O município possui potencialidades locais que o permite especializar no setor sucroenergético. Dessa forma, a economia local organiza-se em torno da produção e exportação dos produtos oriundos da agroindústria canavieira, contribuindo para a composição da base econômica local.

Como a própria Teoria da Base Econômica assevera e os dados apresentados comprovam, a agroindústria canavieira desempenha um importante papel no crescimento e no desenvolvimento do município uma vez que estimula a geração de emprego e renda, e incentivam as atividades de mercado local, comércio e serviços, dados seus efeitos de dispersão. Na ausência desta ou de outra atividade dinâmica de “exportação”, o município estariam em uma situação inferior à atual, seguindo a mesma trajetória de outros municípios de sua mesorregião. Entretanto, o desenvolvimento econômico local observado pode ter ultrapassado a atuação da agroindústria canavieira, devendo ser levado em consideração também a atuação do Estado neste processo. Apesar da importância de se conhecer esse limite, é difícil dizer muito a seu respeito.

Faz-se necessário salientar que, uma das limitações deste trabalho esta na defasagem temporal dos dados utilizados, a exemplo o IDH-M. Como eles são baseados nos Censos Demográficos que ocorrem somente a cada dez anos (e as estatísticas oficiais mais recentes que estão disponíveis são de 2000), após doze anos, certamente ocorreram mudanças com relação às condições observadas. Contudo, isso não inviabiliza a validade e a importância da análise feita, pois, como é consenso na literatura, os problemas da desigualdade e da concentração de renda são questões estruturais, e como tal, requerem um horizonte de tempo para serem solucionados.

Uma das críticas associadas à base exportadora está na possibilidade de internalização de crises nacionais e internacionais que podem afetar a região fortemente dependente de um único produto de exportação. Desse modo, essas economias devem diversificar sua base exportadora, a fim de se precaver de futuros declínios na demanda do produto de exportação ou exaustão dos recursos naturais que viabilizam a atividade.

Não obstante, a grande discussão mantida nas últimas décadas é se as grandes empresas podem, ou não, desempenhar um papel dinâmico no processo de desenvolvimento local de pequenos municípios em que estão instaladas. Sobre isso, é correto afirmar que, quanto maior o tamanho da empresa, maior será a probabilidade do capital investido na atividade ser proveniente de fora da região e, consecutivamente, maior a probabilidade dos excedentes financeiros não permanecerem onde a atividade econômica acontece. Nesses termos, Souza (2008) destaca o caso do açúcar no Nordeste e da borracha na Amazônia que não conseguiram dinamizar as regiões depois que a atividade exportadora deixou de existir. As empresas de capital estrangeiro efetuavam o mínimo de gastos nas regiões que estavam instaladas e exportavam todo o excedente por elas criado.

Contrariamente a esta conjectura, Vázquez Barquero (2001) afirma que sim, é possível que grandes empresas exerçam um papel decisivo no desenvolvimento local, bastando que, para isso, atuem como empresas flexíveis, adotando medidas que fortaleçam as relações entre as unidades operativas de sua rede espacial e os territórios onde estão localizados. O aumento da concorrência forçou a adoção de modelos de organização

mais flexíveis, dando maior autonomia no desenvolvimento de produtos e no controle dos processos de produção, comercialização e distribuição. As grandes empresas modernas procuram preservar o entorno local, incentivam a qualificação dos trabalhadores, e contribuem para a propagação da inovação e do conhecimento empresarial entre as empresas locais.

Para efeito de alcançar o objetivo proposto, este trabalho se limitou em analisar os efeitos da atividade base, constituída pela agroindústria canavieira, sobre as atividades não-base dos municípios por meio da geração de empregos, associando-os ao processo de desenvolvimento local. Para trabalhos futuros sugere-se um estudo que mostre as novas estratégias das empresas do setor sucroenergético, no que diz respeito às relações entre seus fornecedores e clientes, a comunidade local e as instituições das cidades onde suas plantas industriais estão localizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e políticas públicas. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**. Brasília/IPEA, n.14, p.35-73, dez. 1996.

BINI, D. L. de C. **Mudanças históricas e implicações sócio-espaciais na composição das atividades agropecuárias hegemônicas na região de Araçatuba-SP**. 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2008.

BOISIER, S. Desarrollo (local): de qué estamos hablando? *In*: BECKER, D.; BANDEIRA, P. S. **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos**. vol 1. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 151-185, 2000.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: IICA-INCRA, 1999.

ESPÍRITO SANTO, C. R. **Dinâmica do Desenvolvimento Rural na Região de Araçatuba (SP)**. 2005. 307 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2005.

FALLEIROS, A. **Mirandópolis: sua evolução no século XX**. Três Lagoas: Gráfica Dom Bosco, 1999.

FERREIRA JÚNIOR, A. C.; HESPANHOLA, N. Os efeitos das políticas voltadas ao setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v.1, n.6, dez. 2006.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HADDAD, P. R. **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudo de clusters**. Brasília: CNPq/Embrapa, 1999.

HILDEBRAND, G.; MACE JR., A. The employment in expanding industrial market, Los Angeles Country, 1940-47. **Review of Economics and Statistics**, 32: 341-9, ago. 1950.

HILHORST, J. G. M. **Planejamento regional: enfoque sobre sistemas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HIRSCHMAN, A. **A estratégia de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção agrícola municipal 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

LANE, T. O multiplicador da base urbana: avaliação de sua situação atual. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

MANFREDI NETO, P. O imaginário do progresso na Noroeste. **Economia & Pesquisa**, Araçatuba, v. 1, n. 1, p.17-26, mar. 1999.

MANNARELLI FILHO, T.; NEY, A. K. A evolução da indústria sucroalcooleira na Região Oeste do Estado de São Paulo. **Economia & Pesquisa**, Araçatuba, v. 4, n. 4, p.22-45, mar. 2002.

MILLET, S. **Roteiro do café e outros ensaios**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Registros administrativos. Brasília: MTE, 2010.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec-

Polis, 1998.

NEVES, M. F.; TROMBIN, V. G.; CONSOLI, M. Mapeamento da cadeia produtiva: um retrato panorâmico do setor sucroenergético. In: SOUZA, E. L. de; MACEDO, I. de C. **Etanol e bioeletricidade: a cana-de-açúcar no futuro da matriz energética**. São Paulo: UNICA, p. 10-17, 2009.

NORTH, D. C. Agriculture in Regional Economic Growth. **Journal of Farm Economics**, 41(5), dec., 1959. Versão em português em SCHWARTZMANN, J. (Org). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

NORTH, D. C. Location Theory and Regional Economic Growth. **Journal of Political Economy**, LXIII, Jun., 1955. Versão em português em SCHWARTZMANN, J. (Org). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PIFFER, M. **A Teoria da Base Econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2009.

POLÈSE, M. **Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações econômicas**. Coimbra: APDR, 1998.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro, 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/home/>>. Acesso em: 06 nov. 2011.

REGO, M. T. R. **Proálcool na região de Araçatuba: o doce fel do binômio cana-boi**. 1990. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1990.

RICHARDSON, H. W. **Elementos de Economia Regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SAES, F. A. M. de. **As ferrovias de São Paulo: 1870-1940**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SCHICKLER, S. A teoria da base econômica regional: aspectos conceituais e testes empíricos. In: HADDAD, P. R. **Planejamento regional: métodos e aplicações ao caso brasileiro**. Rio de Janeiro: IPE/INPE, 1972.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VASCONCELOS, L. A. T. **Desenvolvimento econômico e urbanização nas**

regiões administrativas de São José do Rio Preto e Araçatuba. 1992. 226 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1992.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** (Tradução: Ricardo Brinco). Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

Recebido em 28/02/2012 - Aprovado em 20/06/2012